

PROGRAMA DE EVENTO

MINICURSO REFORMA TRABALHISTA – 3º ENCONTRO	
DOCENTE(S)/CURRÍCULO(S) RESUMIDO(S)	<p>* Jesús Lahera Forteza: Doutor em Direito e Professor Titular de Direito do Trabalho e Seguridade Social na <i>Universidad Complutense de Madrid</i>. Também é professor no <i>Centro de Estudos Garrigues</i>, no “Master” de Assessoria Jurídico Laboral.</p> <p>* Denise Fincato: Possui graduação em Direito pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (1994), Mestrado em Direito pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (1999), Doutorado em Direito pela <i>Universidad de Burgos</i> (2001) e Pós-Doutorado pela <i>Universidad Complutense de Madrid</i> (2017). Atualmente é professora-pesquisadora na Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.</p> <p>* Ricardo Antunes: Professor Titular de Sociologia no Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da UNICAMP. Foi <i>Visiting Research Fellow</i> na Universidade de SUSSEX, Inglaterra. Fez concurso para Titular (2000) e Livre-Docência (1994) no IFCH-UNICAMP, em Sociologia do Trabalho. Doutorou-se em Sociologia, pela USP (1986) e fez Mestrado em Ciência Política no IFCH-UNICAMP (1980). Recebeu o Prêmio Zeferino Vaz da Unicamp (2003) e a Cátedra Florestan Fernandes da CLACSO (2002) e a Medalha (Comendador) do TST (2013). É pesquisador do CNPq.</p> <p>* Guilherme Feliciano: Professor Associado II da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo. Coordenador da Pós-Graduação em Direito e Processo do Trabalho da Universidade de Taubaté. Juiz Titular da 1ª Vara do Trabalho de Taubaté/SP. Doutor em Direito Penal e Livre-Docente em Direito do Trabalho (USP). Diretor de Prerrogativas e Assuntos Jurídicos da Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho (ANAMATRA).</p>
DATA DE REALIZAÇÃO	19/05/2017
PROGRAMAÇÃO	<p>MANHÃ 9h30min às 12h30min: <i>Reforma Trabalhista na Espanha</i> Jesús Lahera Forteza, Professor da <i>Universidad Complutense de Madrid</i>; Denise Fincato Advogada.</p> <p>TARDE 14h às 17h: <i>Reforma Trabalhista no Brasil</i> Ricardo Antunes, Sociólogo do Trabalho; Guilherme Feliciano, Professor da USP e Juiz do TRT15.</p>
CARGA-HORÁRIA	6 horas-aula
PÚBLICO-ALVO	A) Magistrados do TRT4; B) Servidores do TRT4, sem pré-requisitos de cargo ou função.
FORMATO:	Aula expositiva
MODALIDADE	Presencial
Nº VAGAS	44
LOCAL DE REALIZAÇÃO	Sede da Escola Judicial do TRT4 - Foro Trabalhista de Porto Alegre - Avenida Praia de Belas, 1432 - Prédio 3 - 2º andar
EIXO TEMÁTICO CORRESPONDENTE	Eixos Temáticos Fundamentos Jurídicos e Gestão
PRINCIPAIS COMPETÊNCIA(S)/DIMENSÕES A SER(EM) DESENVOLVIDA(S) (RESOLUÇÃO ENAMAT Nº 18/2015)	<p>EIXO GESTÃO Subeixo Político Institucional (a) Exercer o papel político-institucional do cargo como integrante do Poder Judiciário à vista de seus objetivos, valores e desafios.</p> <p>EIXO FUNDAMENTOS JURÍDICOS Subeixo: Jurídico Trabalhista. (a) Adotar postura crítica acerca de temas contemporâneos relevantes para a jurisdição. (b) Reconhecer os elementos do trabalho e da produção determinantes da</p>

	natureza dos conflitos sociais contemporâneos. (c) Utilizar com eficiência os mecanismos sociojurídicos de proteção da dignidade na jurisdição laboral.
ÁREA (ADMINISTRATIVA/DIREITO/ GERENCIAL/INFORMÁTICA/QUALIDADE DE VIDA/SAÚDE)	Direito
INSCRIÇÕES	Até as 12h do dia 17/05 (4ª-feira) * MAGISTRADOS E SERVIDORES DO TRT4: pelo link http://www.trt4.jus.br/portaltrt/cursosAdmin.html ou Portal VOX > Cursos > Informações e Inscrições
MODELOS DE AVALIAÇÕES A SEREM UTILIZADOS E PRAZO PARA ENTREGA	- Avaliação de Reação - Avaliação de Aprendizagem (Registros Reflexivos ou Síntese Multimídia), a seguir descritos (*) * Prazo para envio da Avaliação de Aprendizagem (Magistrados e Servidores): 29/05/2017.
CERTIFICAÇÃO	A certificação condiciona-se à frequência mínima exigida e à entrega da avaliação de aprendizagem, no prazo e na forma divulgados, em cada caso, pela Escola Judicial
OBSERVAÇÕES IMPORTANTES	- Há previsão de pagamento de diárias aos servidores inscritos, quando devidas, e será realizado mediante verificação da lista de presenças assinada.

INFORMAÇÕES SOBRE A FORMAÇÃO DE MAGISTRADOS E SERVIDORES

1. FREQUÊNCIA

Magistrados: a frequência dos magistrados deve ser integral, segundo registro assinado ou obtido eletronicamente. A ausência em atividade formativa presencial, contanto que justificada por escrito ao Diretor da Escola Judicial, no prazo de 3 (três) dias úteis a partir de sua ocorrência, e desde que não implique a extrapolação do limite de 25% (vinte e cinco por cento) da carga horária total da atividade, admite compensação por meio da realização de tarefa complementar, segundo modo e prazo definidos pelo Diretor da Escola Judicial (Resolução Enamat 08/11, alterada pela Resolução Enamat 12/12).

Servidores: a frequência de servidores deve ser de, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) da carga horária da atividade, segundo registro assinado ou obtido eletronicamente.

2. (*) AVALIAÇÃO

Para aferir o aproveitamento das atividades formativas, requisito para sua certificação, a Escola Judicial poderá se valer de variados tipos de instrumentos de avaliação, conforme segue abaixo:

- a) Registros Reflexivos:** Consistem em anotações sobre as aprendizagens mais significativas adquiridas na aula e sua articulação com a atuação profissional. Os registros devem ser respondidos tempestivamente a partir de *link* disponibilizado por *e-mail* logo após o início do evento. Sugere-se que sejam elaborados em editor de texto, salvos em arquivo próprio e, posteriormente, copiados para a plataforma *Moodle* da EJ Virtual para envio.
- b) Questões Discursivas:** São questões elaboradas pelo docente e/ou pela Escola Judicial, que permitem ao aluno expressar-se livremente e auxiliam-no a organizar o raciocínio, dando prioridade a alguns conceitos em relação a outros. Serão respondidas, tempestivamente, a partir de *link* disponibilizado por *e-mail*.
- c) Síntese Multimídia:** Pode ser apresentada em diversos tipos de mídias, como, por exemplo, áudio, mapa conceitual, apresentação ou vídeo. A síntese multimídia, em qualquer caso, deverá ser elaborada pelo aluno e revelar-se capaz de demonstrar seu aprendizado, englobando os principais conceitos identificados em aula, a partir da exposição da temática, dos debates e de consulta a materiais correspondentes ao curso. Os arquivos serão aceitos nos formatos pdf, jpg, tif, mp3, mp4, wmv, wma, wav. Deverão observar, ainda, as seguintes limitações: (a) arquivos de, no máximo, 10Mb; (b) audiovisuais de até 7 minutos de duração. Deverá ser enviada, tempestivamente, a partir de *link* disponibilizado por *e-mail* logo após o início do evento.
- d) Excerto de Decisão Comentado:** Essa forma de avaliação consiste na análise de um trecho de qualquer decisão judicial, já publicada, percorrendo sobre a forma como foram aplicados no excerto selecionado os conhecimentos adquiridos em aula. O aluno deverá anexar seu texto, em formato PDF, contendo as seguintes informações: (a) dados do processo (número do processo, data de publicação da decisão e nome do magistrado julgador); (b) excerto da decisão a ser comentado. Deverá ser enviado, tempestivamente, a partir de *link* disponibilizado por *e-mail* logo após o início do evento.

Consulte mais informações sobre Avaliação de Aprendizagem em:

<http://www.trt4.jus.br/portal/portal/EscolaJudicial/eventos/Avaliacao/MenuEscolaPortletWindow?action=2>

3. MEDIATECA

A Escola Judicial disponibiliza, em sua EJ Virtual - acessada com *login* e senha de rede - uma *MEDIATECA*, que corresponde ao acervo dos vídeos produzidos a partir da filmagem das ações formativas presenciais que promove. Por meio da *MEDIATECA*, tendo presente a regra do art. 20, §2º, do Ato Regulamentar 03/2016 da Direção da Escola Judicial, os magistrados podem assistir determinada atividade formativa e, depois, enviar o correspondente instrumento de avaliação para a Escola Judicial, no intuito de aproveitá-la ao cumprimento de até 25% da carga horária de formação inicial ou 50% da carga horária de formação continuada. Servidores podem acessar a *MEDIATECA* livremente, mas não contabilizam as atividades formativas filmadas para fins de adicional de qualificação.

4. AVERBAÇÃO DE CURSOS EXTERNOS AO SIFMT

Os magistrados, mediante requerimento, podem averbar, na Secretaria da Escola Judicial, os certificados de conclusão, com frequência mínima de 75%, de cursos externos ao Sistema Integrado de Formação de Magistrados do Trabalho – SIFMT. Dessa averbação poderá sobrevir o aproveitamento de até 8h semestrais de formação continuada, contanto que, a critério da Escola Judicial, exista compatibilidade entre o conteúdo do curso e a tabela de competências profissionais expedida pela Enamat (Resolução Enamat 18/2015). A averbação de cursos realizados no âmbito do SIFMT não sofre a limitação de 8h semestrais. O requerimento de averbação pode ser enviado por malote ou pelo e-mail cursosei@trt4.jus.br. Servidores podem averbar cursos externos ao Tribunal junto à Secretaria da Gestão de Pessoas. Os cursos internos prescindem dessa averbação, sendo considerados automaticamente.

5. CARGA HORÁRIA MÍNIMA SEMESTRAL

Os Magistrados do Trabalho deverão frequentar atividades de formação pelo período mínimo de 30 horas-aula semestrais, se vitalícios, e 40 horas-aula semestrais, se vitaliciandos. (Resolução Enamat 09/2011)